



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 7ª REUNIÃO REGIONAL DA COMISSÃO INTERESTADUAL PARLAMENTAR DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO - CIPE SÃO FRANCISCO -, EM 6/6/2014

Às 9h15min, comparece no Centro Cultural Católico de São Francisco o deputado Paulo Guedes, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o coordenador, deputado Paulo Guedes, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. O coordenador informa que a reunião se destina a discutir o andamento dos trabalhos de revitalização do Rio São Francisco, bem como a retomada das obras de hidrovias desse rio e comunica o recebimento de ofício do Sr. Marcos Sebastião Veloso, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco - CBHSF 9 -, em que solicita o apoio da comissão no sentido de incrementar os programas desenvolvidos por esse comitê em prol da revitalização da bacia do rio São Francisco. A seguir, o coordenador interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maura Lidiane Santos Cordeiro, vereadora da Câmara Municipal de Ibiá e 1ª- secretária da Associação de Vereadores da Área Mineira da Sudene - Avams -, representando o presidente, Leonardo Valério França Pinheiro; Erli Gonçalves de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de São Romão; Ana Maria Neves Mendes, secretária municipal de Educação de São Francisco; Nilva Vieira da Paz, diretora da Escola Família Agrícola Tabocal de São Francisco; e os Srs. Luiz Rocha Neto, prefeito municipal de São Francisco; João Herbber Gomes de Brito, presidente da Câmara Municipal de São Francisco; Silvano Ferreira, chefe da área de meio ambiente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba - Codevasf-Montes Claros, representando o superintendente regional, Aldimar Dimas Rodrigues; Luiz Carneiro de Abreu Júnior, prefeito municipal de Buritizeiro e presidente do Comitê de Trabalho da Ammesf para Reativação da Hidrovia do São Francisco representando a presidente da Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco - Ammesf - e prefeita municipal de Claro dos Poções, Maria das Dores Oliveira Duarte; Juvenal Alves dos Santos, prefeito municipal de Luislândia; Laércio Clóvis Souza Pinto, secretário municipal de Finanças de Pintópolis, representando o prefeito municipal, Arguinel Paixão Souza Pinto; Antônio Soares dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Ibiá; Antônio Afonso Almeida, secretário municipal de Meio Ambiente de São Francisco; Domingos Sávio Rodrigues, gerente da Copasa - Distrito de São Francisco; José Alvino Pinto Vieira, coordenador do Núcleo de Regularização Ambiental de São Francisco; Darley Antunes, representando os estudantes de São Francisco; João Naves de Melo, presidente do Codema de São Francisco; Marcos Sebastião Veloso, presidente da Emater-MG e CBHSF 9; Jainy de Jesus Gonçalves Pereira, presidente do Comenac-São Francisco; Manoel Conceição Rocha, sargento da Polícia Militar de Meio Ambiente de São Francisco; Vinícius Versiani de Paula, prefeito municipal de Patis; Félix Aparecido Alves de Oliveira, Joaquim Johnny Ruas e Tarcísio Alves de Almeida, vereadores da Câmara Municipal de São Francisco, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o deputado Paulo Guedes tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. O coordenador retoma os trabalhos ordinários e cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião regional, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 26 de junho de 2014.
Paulo Guedes, coordenador.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/6/2014

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Elismar Prado, membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Almir Paraca. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da comissão presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater estratégias para a interiorização do Sistema Nacional de Cultura em Minas Gerais, em parceria com a representação regional do Ministério da Cultura em Minas Gerais, com a Secretaria de Estado da Cultura e com o Fórum de Políticas Culturais de Minas Gerais e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ivonete Antunes Ferreira, diretora administrativa da Associação dos Municípios do Noroeste de Minas - Amnor -, com sede em Paracatu, representando a presidente; Patricia Dias de Rezende, analista técnica do Sebrae Regional Noroeste - de Paracatu, representando o gerente; Daniella Aparecida Soares Vilela, gerente do Sesc em Paracatu; Tatiane Torres de Faria, gerente das Unidades Sesi-Senai em Paracatu; e os Srs. Bernardo Novais da Mata Machado, secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, representando a ministra dessa Pasta; Glewton de Sá Guimarães, presidente da Câmara Municipal de Paracatu; José Paulo Pereira Resende Neto, assessor de programas e projetos da representação regional do Ministério da Cultura em Minas Gerais, representando a chefe da representação; Isac Costa Arruda, secretário municipal de Cultura de Paracatu; e Ragos Oliveira dos Santos, vereador da Câmara Municipal de Paracatu, que são convidados a tomar assento à mesa. A seguir, o presidente tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2014.

Elismar Prado, presidente – Luzia Ferreira – Luiz Henrique.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/7/2014

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Saúde e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Saúde, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 2.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.988/2014, do deputado Fred Costa, que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Epilepsia no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta.



Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.000/2014, do deputado Luiz Henrique, que institui o Dia da Sukyo Mahikari, a ser comemorado anualmente no dia 27 de fevereiro. A Comissão de Justiça opina pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 65/2011, do deputado Fred Costa, que dispõe sobre a utilização de uniforme fora das dependências hospitalares e áreas correlatas em todo o Estado. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 378/2011, do deputado Célio Moreira, que acrescenta parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 15.435, de 11 de janeiro de 2005. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.055/2011, do deputado Dinis Pinheiro, que classifica a visão monocular como deficiência visual. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.037/2012, do deputado Antônio Carlos Arantes, que inclui o acometido da Síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) no grupo de pessoas com deficiência. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.990/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que prorroga o prazo estabelecido pelo parágrafo único do art. 7º da Lei nº 17.110, de 1º de novembro de 2007, e dá outras providências. A Comissão de Minas e Energia opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.401/2013, do deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coromandel o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.936/2014, do governador do Estado, que autoriza a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig - a doar à União o imóvel que especifica e a transferir as atividades administrativas, operacionais, didáticas e de pesquisa do Instituto Técnico de Agropecuária e Cooperativismo de Pitangui a órgão ou entidade da administração pública federal. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.972/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o DER-MG a transferir ao Município de Guiricema os direitos de posse sobre o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.006/2014, do deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Reduto o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.110/2014, do deputado Célio Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Corinto o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.891/2011, do deputado André Quintão, que dispõe sobre a utilização e proteção ambiental das Serras da Moeda e da Calçada e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.955/2012, do deputado Antônio Carlos Arantes, que dispõe sobre a outorga coletiva do direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Minas e Energia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Minas e Energia, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Minas e Energia, com a Emenda nº 1, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.033/2013, do deputado Cabo Júlio, que transforma a Orquestra Sinfônica da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais em patrimônio cultural dos mineiros. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 1º/7/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:



Requerimentos n°s 8.313/2014, do deputado Elismar Prado; 8.314 a 8.318, 8.329 a 8.335, 8.339 a 8.341, 8.343 a 8.346, 8.348 a 8.420/2014, do deputado Cabo Júlio; 8.337/2014, do deputado Anselmo José Domingos; e 8.342 e 8.347/2014, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 1º/7/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei n° 5.279/2014, do deputado Ivair Nogueira.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 3.776/2013, do deputado Zé Maia; 4.287/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.833/2014, do deputado Arlen Santiago; 4.859 e 4.913/2014, do deputado Leonardo Moreira; 5.272/2014, do governador do Estado; e 5.294/2014, do deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 5.112/2014, do deputado Ulysses Gomes; 5.281/2014, do deputado Deiró Marra.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 1º/7/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 1º/7/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 3.776/2013, do deputado Zé Maia; 4.993/2014, do deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 1º/7/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei n° 438/2011, do deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 8.368 a 8.373/2014, do deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 1º/7/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:



Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.136/2014, do deputado Tadeu Martins Leite; 5.155/2014, do deputado Gustavo Valadares; 5.246/2014, do deputado Marques Abreu; e 5.253/2014, do deputado Tenente Lúcio.

Requerimento nº 8.153/2014, da deputada Liza Prado.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 1º/7/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.184/2014, do deputado Ulysses Gomes.

Requerimentos nºs 8.053/2014, do deputado Duarte Bechir; 8.319 a 8.323/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro; e 8.336/2014, do deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 1º/7/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 8.411/2014, do deputado Fábio Cherem.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 1º/7/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 1º de julho de 2014, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 47/2013, do deputado Jayro Lessa e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado, e 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 65/2011, do deputado Fred Costa, que dispõe sobre a utilização de uniforme fora das dependências hospitalares e áreas correlatas em todo o Estado, 378/2011, do deputado Célio Moreira, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 15.435, de 11 de janeiro de 2005, 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado, 1.055/2011, do deputado Dinis Pinheiro, que classifica a visão monocular como deficiência visual, 1.891/2011, do deputado André Quintão, que dispõe sobre a utilização e proteção ambiental das Serras da Moeda e da Calçada e dá outras providências, 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama, 2.955/2012, do deputado Antônio Carlos Arantes, que dispõe sobre a outorga coletiva do direito de uso de recursos hídricos e dá outras providências, 3.037/2012, do deputado Antônio Carlos Arantes, que inclui o acometido da Síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) no grupo de pessoas com deficiência, 3.990/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que prorroga o prazo estabelecido pelo parágrafo único do art. 7º da Lei nº 17.110, de 1º de novembro de 2007, 4.033/2013, do deputado Cabo Júlio, que transforma a Orquestra Sinfônica da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais em patrimônio cultural dos mineiros, 4.401/2013, do

deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coromandel o imóvel que especifica, 4.936/2014, do governador do Estado, que autoriza a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - Epamig - a doar à União o imóvel que especifica e a transferir as atividades administrativas, operacionais, didáticas e de pesquisa do Instituto Técnico de Agropecuária e Cooperativismo de Pitangui a órgão ou entidade da administração pública federal, 4.972/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - a transferir ao Município de Guiricema os direitos de posse sobre o trecho de rodovia que especifica, 4.988/2014, do deputado Fred Costa, que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Epilepsia no Estado; 5.000/2014, do deputado Luiz Henrique, que institui o Dia da Sukyo Mahikari, a ser comemorado anualmente em 27 de fevereiro, 5.006/2014, do deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Reduto o imóvel que especifica, e 5.110/2014, do deputado Célio Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Corinto o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 30 de junho de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Paulo Guedes e Romel Anízio, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/7/2014, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 4.165/2013, do deputado Braulio Braz, de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 4.780/2013, do deputado Zé Maia; 5.106/2014, do deputado Adelmo Carneiro Leão; 5.129/2014, do deputado Rogério Correia; 5.177/2014, do deputado Paulo Guedes; e 5.189/2014, do deputado Adalclever Lopes; de votar o Requerimento nº 7.760/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2014.

Antônio Carlos Arantes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os deputados Luiz Humberto Carneiro, Antonio Lerin, Deiró Marra e Gilberto Abramo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/7/2014, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2014.

Doutor Wilson Batista, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa, Rômulo Veneroso e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 1º/7/2014, às 15 e às 20 horas, e em 2/7/2014, às 10 horas, às 14h15min e às 20 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.891/2011, do deputado André Quintão, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2014.

Célio Moreira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Paulo Guedes e Romel Anízio, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/7/2014, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno sobre emenda(s) apresentada(s) em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.955/2012, do deputado Antônio Carlos Arantes, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2014.

Antônio Carlos Arantes, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.246/2014

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude Relatório

De autoria do deputado Marques Abreu, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Corredores de Rua de Ouro Branco – Acrob –, com sede no Município de Ouro Branco.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.246/2014 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Corredores de Rua de Ouro Branco - Acrob -, com sede no Município de Ouro Branco.

Fundada em 2001, a entidade desenvolve atividades desportivas especializadas, individuais ou coletivas, de caráter amadorista, especialmente a prática do atletismo. Para tanto, ela promove competições amistosas e oficiais, visando propiciar a inclusão social das pessoas na comunidade local.

Tendo em vista o importante trabalho desenvolvido pela Acrob em prol da melhoria da qualidade de vida dos moradores de Ouro Branco, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.246/2014 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2014.

Tadeu Martins Leite, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.253/2014

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Tenente Lúcio, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Árbitros dos Esportes Amadores de Uberlândia e Região – Assaure –, com sede no Município de Uberlândia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.253/2014 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Árbitros dos Esportes Amadores de Uberlândia e Região – Assaure –, com sede no Município de Uberlândia.

Fundada em 2004, a entidade busca representar árbitros de todos os esportes amadores da cidade e da região, promovendo sua interação e socialização, além de favorecer a difusão das práticas esportivas.

Em razão do importante trabalho desenvolvido pela Assaure no Município de Uberlândia e região, consideramos válida a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.253/2014 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2014.

Tadeu Martins Leite, relator.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 25/6/2014

O deputado André Quintão* - Presidente, deputados e deputadas, público que acompanha os trabalhos da Assembleia, telespectadores. Com muita alegria assomo a esta tribuna para celebrar a aprovação do Projeto de Lei nº 4.051, que proíbe a incineração de resíduos sólidos no Estado de Minas Gerais. Esse projeto, aprovado por unanimidade nesta Casa, já em 2º turno, já aprovado em redação final, representa um passo importante na consolidação de uma política de resíduos sólidos que promova a coleta seletiva, que estimule a reciclagem, a reutilização, que fortaleça o trabalho das associações e cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis. E, principalmente, que também proteja a saúde humana em face dos riscos decorrentes da queima de resíduos sólidos e das toxinas e gases produzidos pelas unidades de incineração.

Esta Assembleia, ao longo de anos, principalmente por meio da Comissão de Participação Popular, é uma parceira efetiva do movimento dos catadores de materiais recicláveis, das entidades de apoio, dos estudiosos, dos segmentos que estão na vanguarda de uma política de resíduos sólidos que preserve e garanta a qualidade ambiental, a sustentabilidade, mas também a geração de renda. Em 2005, aqui na Assembleia, tivemos oportunidade de realizar um seminário legislativo estadual sobre políticas de resíduos sólidos, que redundou na Lei Estadual de Resíduos Sólidos, que aponta e induz claramente o estímulo à reciclagem e à incorporação socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis.

Tivemos oportunidade também de aprovar a lei que criou o programa Bolsa Reciclagem, que permite a remuneração, o apoio financeiro por parte do governo do Estado a dezenas de associações e cooperativas espalhadas por todo o Estado, garantindo essa organização em face das alternâncias de retorno econômico, em face das crises econômicas.



Depois da lei, garantimos, por meio de emenda da Comissão de Participação Popular, os recursos necessários à viabilização do Bolsa Reciclagem. Emendas populares anuais em torno de R\$3.000.000,00, que, como disse, beneficiam hoje mais de 70 associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Além disso, por meio de emendas da Comissão de Participação Popular, também estimulamos a criação de fóruns de capacitação, estimulando a organização dessas associações e cooperativas nas diversas macrorregiões de Minas Gerais.

Ano a ano, a Assembleia integra e participa das atividades dos festivais Lixo e Cidadania realizando audiências, debates públicos, enfim, fazendo um trabalho lado a lado, caminhando junto com todas as entidades e parceiros que querem uma política de resíduos sólidos responsável, buscando e visando eliminar e erradicar os lixões em todos os municípios. Infelizmente, são mais de 200 municípios que ainda têm lixões, e é importante que essa meta de erradicação dos lixões seja cumprida, em defesa da saúde humana, em defesa das nascentes, da água, da qualidade de vida.

Nesse caso, ao aprovarmos o Projeto de Lei nº 4.051, estamos atendendo a uma solicitação formal que chegou à Comissão de Participação Popular do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, do Movimento Nacional do Povo da Rua, do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável, do Insea, do Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis e da Pastoral Nacional do Povo da Rua, além de milhares de adesões a uma petição *on-line* que buscava reforçar e apoiar a aprovação desse projeto aqui na Assembleia.

No ano passado, num debate público promovido pela Comissão de Participação Popular, eu e o presidente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro, recebemos uma solicitação formal dessas entidades para que apresentássemos esse projeto de lei. No mesmo dia, ao final do debate público, entramos com o projeto de lei, que foi amplamente discutido, debatido, e recebeu alterações e sugestões por parte da Comissão de Meio Ambiente. Aquelas que não foram acolhidas foi porque não tiveram o aval das entidades proponentes. O projeto tem um objetivo muito claro, que é exatamente estimular a coleta seletiva, a reciclagem e a reutilização, proteger o meio ambiente, diminuir a produção do lixo, estimular os aterros sanitários, mas sempre previamente separando e buscando o reaproveitamento, a reciclagem e a reutilização daquilo que ainda possa ser utilizado.

A incineração vai na contramão desse movimento. Ela pode, ao se tornar um negócio lucrativo, buscar no próprio material que poderia ser reciclável a fonte de lucro privado. Seria um mercado, seria o interesse econômico prevalecendo sobre o interesse da qualidade de vida e da qualidade ambiental. Seria retirar a matéria-prima dos catadores de materiais recicláveis.

Volto aos tempos de estudante de ciências sociais, ao ler e reler um texto na época, do jovem Marx, grande pensador e inspirador deste deputado do ponto de vista intelectual, que, ao analisar a questão da lenha e do acesso à lenha pelos pobres na Inglaterra na Revolução Industrial e as leis do cercamento, dizia que, quando a lenha se tornou uma mercadoria fundamental na Revolução Industrial, vieram as leis do cercamento para impedir o acesso daquelas pessoas que tinham na lenha até mesmo seu material de combustão para alimentação e para combater o clima muito frio em determinados períodos na região da Grã-Bretanha. Sabemos que essas leis do cercamento vieram simplesmente para atender à necessidade do início do capitalismo industrial.

A mesma coisa em séculos seguintes poderia acontecer com material reciclável, porque a viabilidade econômica das unidades incineradoras demanda a existência do material reciclável, principalmente o papel e o papelão. Aí, todo esse trabalho das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis seria disputado, seria fragilizado por interesses comerciais. E o pior: poderia trazer graves riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

Apesar da adoção de alguns filtros, esses filtros não seriam, muitas vezes, para impedir o vazamento de partículas ultrafinas, nocivas à saúde humana.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, este é um projeto ousado. Minas Gerais, com essa atitude, será pioneira. A Assembleia de Minas poderá reforçar essa luta nacional, até porque na política nacional de resíduos sólidos não tivemos essa conquista, pela correlação de forças estabelecidas no Congresso Nacional. Hoje nesta Assembleia damos um passo adiante. Adiante por quê? Porque, a partir dessa lei, tenho certeza de que o governador Alberto Pinto Coelho não se furará a sancionar esse projeto, que foi aprovado, por unanimidade, pela oposição e pela base do governo nesta Casa. Esse projeto foi assinado por este deputado e pelo presidente da Assembleia, Dinis Pinheiro. Esperamos a sanção dele o mais rápido possível, para podermos, aliás, estimular outros estados e o próprio Congresso Nacional a adotarem tal posição.

Queria ressaltar que hoje esse debate é global. A tecnologia de incineração atualmente é condenada por vários países, por vários movimentos, mas a resistência em impedi-la é grande porque existem interesses econômicos envolvidos. Nosso projeto de lei aprovado aqui impede a utilização da tecnologia de incineração até em processos de concessão da política de resíduos sólidos por PPP. Queria alertá-los porque sabemos que existem hoje discussões de PPPs para política de resíduos sólidos. Não temos preconceito, não temos posição, *a priori*, sobre PPPs. Minas Gerais tem uma lei, o Brasil tem uma lei, mas é bom que se registre que, a partir da sanção dessa lei, a tecnologia de incineração não será mais permitida. Portanto, queremos, sim, que as associações e as cooperativas sejam apoiadas. Queremos que os municípios implantem a coleta seletiva. Queremos ações de educação ambiental para que a separação do material, do resíduo, comece dentro da casa de cada cidadão, nos condomínios e nos prédios. Queremos também que os municípios estruturem a coleta seletiva, que existam os galpões de triagem e de reciclagem. As unidades devem ser geridas pelas associações, para o beneficiamento e reciclagem desse material, para a inclusão socioprodutiva desses catadores e para a geração de renda. É isso que queremos. A incineração seria a saída fácil, mas nociva à saúde humana, à geração de renda, ao meio ambiente e à educação ambiental e social.

Portanto, queria publicamente agradecer a todas essas entidades que confiaram na Assembleia Legislativa e nos deputados autores deste projeto. Mais uma vez, fizemos nossa parte. Agora esperamos a sanção desse projeto para que nessa área de resíduos sólidos a Assembleia, que já foi exemplar no programa Bolsa Reciclagem, também possa mostrar que a tecnologia da incineração está na contramão e que em Minas Gerais ela está proibida. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador



O deputado Pompílio Canavez - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV e pela Rádio Assembleia. Venho à tribuna para falar um pouco sobre o plebiscito que se avizinha. Nós, do movimento social, estamos preparando um plebiscito para a Semana da Pátria, de 1º a 7 de setembro, e quero falar um pouco sobre isso, chamar a atenção de quem está nos acompanhando pela televisão e pela rádio para a importância do tema.

Estamos em um período de efervescência esportiva. Todo o País está com a mente e o coração voltados para a Copa do Mundo, a Seleção Brasileira e o sucesso que tem sido a Copa das Copas no Brasil. Todos estamos prestando atenção nisso, mas não podemos deixar de pensar no Brasil, nos problemas que temos e na política. Ao mesmo tempo que comemoramos e ficamos felizes com o sucesso da Copa, queremos falar um pouco sobre nossos problemas. No ano passado, em junho - portanto, há cerca de um ano -, tivemos grandes mobilizações sociais no país inteiro. Jovens, pessoas de todas as idades se mobilizaram e foram para as ruas para cobrar um País melhor, mudanças: o Brasil está bom, mas precisa melhorar, precisamos ter um País mais avançado, politicamente mais transparente. Esse grito das ruas ainda ecoa, permanece, está forte, e, com certeza, mesmo com a Copa do Mundo mobilizando a emoção das pessoas, todos esperam que nós, políticos, tomemos atitudes para melhorar o País e a política.

O movimento popular, desde o ano de 2002, aprovou plebiscitos para consultarmos a população a respeito de temas fundamentais para a vida do País. Por exemplo, consultamos a população sobre a entrada ou não do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas - Alca -, uma organização econômica puxada pelo governo Bush e, aqui no Brasil, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, presidente na época. Quarenta e quatro milhões de brasileiros participaram, e mais de 90% disseram não à entrada do nosso país na Alca. E é claro que isso teve um papel decisivo naquele momento para a política. E ainda tivemos outros momentos em que precisamos consultar. Lembro-me da dívida externa em 2007 e da privatização da Vale do Rio Doce, que só piorou quando saiu do controle do governo, pois, quando ainda estava sob seu controle, era uma empresa saudável.

O povo brasileiro, os movimentos sociais têm necessidade de ser ouvidos. Estou dizendo o que a presidenta Dilma tem defendido desde o ano passado: a instalação de uma Constituinte exclusiva.

O plebiscito a que me refiro e que acontecerá do dia 1º ao dia 7 de setembro, portanto na Semana da Pátria, perguntará aos brasileiros sobre a reforma política, sobre uma Constituinte exclusiva que trate do sistema judiciário, da segurança pública, do financiamento de campanha, enfim de temas importantes para o povo brasileiro e que sem dúvida foram o espírito das manifestações ocorridas em junho do ano passado. Com certeza essas manifestações voltarão. Na campanha política de agora, teremos um forte motivo para fazer um debate importante.

Tenho em mãos um texto escrito recentemente pelo Frei Beto dizendo que neste momento de Copa do Mundo, em que falamos também de campanha, precisamos responder a uma pergunta simples: você, brasileiro, você, brasileira, é a favor de uma Constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político? Uma Constituinte que dê as respostas que o povo brasileiro tanto busca? Essa é a pergunta que será feita de 1º a 7 de setembro. Estamos começando agora a fazer mobilizações, a organizar o plebiscito. Isso não é fácil porque os movimentos populares não possuem os grandes recursos da grande mídia nem recursos para fazer uma campanha forte. Mas, nós, do Bloco Minas sem Censura, do PT, do PRB e do PMDB, estamos abraçados nessa causa. Queremos uma Constituinte exclusiva que passe o Brasil a limpo. Já avançamos muito com a Constituição de 1988, mas precisamos avançar mais, precisamos reinventar o sistema político brasileiro. Essa é uma tarefa do povo brasileiro agora. Caso contrário, a mobilização popular, a presença do povo, as manifestações nas ruas, que começaram ano passado e continuam este ano, terão sido em vão. Não podemos perder a oportunidade. O povo brasileiro anda muito descrente - diria até, desencantado com a política e os políticos. E não sem razão. Do jeito que o nosso sistema político funciona, ele não representa a maioria do povo. Isso é percebido no caso das mulheres, que representam mais de 50% da população brasileira. E mais de 50% dos eleitores ocupam menos de 9% dos cargos eletivos no Congresso Nacional. Aqui mesmo na Assembleia Legislativa temos pouquíssimas parlamentares. Tudo isso é fruto de um sistema político falido, que não ajuda no combate à corrupção e na definição das reformas tributária, agrária, urbana, que já deveriam ter sido feitas. Todas elas têm na reforma política a sua verdadeira oportunidade.

Queremos consultar o povo brasileiro sobre esse tema tão importante. Afinal, ele quer ou não a reforma política? Acho que a resposta é óbvia. Ele a quer, sim. Tanto que foi às ruas porque quer um Brasil desenvolvido, com maior consumo até, um país melhor, que lhe dê orgulho. E somente a reforma política pode fazer isso. Não existe mágica. Quero fazer um apelo: você que concorda comigo pode ajudar a fazer esse plebiscito popular.

Você pode organizá-lo na sua casa, no seu comércio, na sua escola, na sua rua e entrar em contato conosco através do [site www.plebiscitoconstituente.org.br](http://www.plebiscitoconstituente.org.br), para que o povo tenha condições de influenciar na política. Porque do jeito que está, é óbvia essa constatação de que os parlamentos não representam o povo brasileiro, não representam os negros, não representam os trabalhadores, não representam as mulheres. Portanto, qualquer reforma política não passará se não houver uma Constituinte exclusiva, que funcione em paralelo com o Congresso.

O Congresso eleito continua o seu papel, mas uma Constituinte exclusiva são brasileiros e brasileiras eleitos exclusivamente para pensar novamente o Brasil, pensar novamente numa reforma política, pensar em um sistema político mais moderno. É claro que a nossa Constituinte de 1988 avançou em muitas coisas, mas agora precisa ser repensada, pois não avançou na política. Estou com o Frei Beto quando ele afirma que é necessário que o povo brasileiro seja ouvido, que não seja chamado apenas para votar em A ou B, mas que também seja levado em consideração para que tenhamos uma reforma política séria, exclusiva, que trate de temas caros ao povo brasileiro.

Queremos dizer que temos uma grande dificuldade de material. Claro que não interessa ao sistema dominante do País reforma alguma. Para o sistema dominante, está bom do jeito que está, mas para você, que foi para a rua, que luta por um Brasil melhor, que quer um País melhor agora no presente e para as nossas futuras gerações, não está nada bom. É preciso mudar, é preciso aproveitar essa alegria que está nas ruas com a Copa do Mundo para também pensarmos no Brasil, pensarmos na política, pensarmos no futuro.

Eu, que sou idealista, que sempre participei da política por ideal, penso que este é um momento especial. Não podemos deixar que o clamor das ruas acabe, que fique por isso mesmo. Muitas pessoas estão torcendo por isso, não é mesmo? Muitos estão torcendo para



que não haja manifestação mais, que não haja mais mobilização alguma, que assim que as eleições acabarem o assunto também acabará. Não queremos isso. Queremos que o Brasil passe por um processo de debate nacional completo com participação popular e que tenha o povo como protagonista. Que mudemos o sistema político. Não é possível que mais de 80% dos parlamentos brasileiros sejam representantes do capital, que não haja representante dos trabalhadores, dos negros, das mulheres e das minorias. É impossível você ter um País moderno com um sistema político atrasado, arcaico, anacrônico.

Até gostaria que nas notas taquigráficas reproduzissem o texto do Frei Beto, que é importante. Não vou lê-lo aqui para ganhar tempo. Frei Beto, um grande pensador brasileiro, faz uma discussão sobre os rumos do Brasil, os rumos do nosso país e aonde queremos chegar. Queremos um Brasil melhor, um Brasil que seja desenvolvido, claro, com possibilidades para todos, mas um Brasil que seja também ético, um Brasil onde a política seja com "P" maiúsculo. Mas, para isso, precisamos mudar muito.

Você, que, de maneira geral, será assediado agora pelos políticos, pergunte a eles se estão satisfeitos com o sistema político brasileiro. De acordo com a resposta deles, você terá uma ideia se é um sistema político onde o capital é que manda e onde os votos são avaliados. Saiba você que há gente calculando voto em R\$50,00. Há gente avaliando quanto vai gastar sem nenhuma preocupação com o Brasil e com a política, porque representam um lado brasileiro que é minoria.

Agora nós, que fomos para as ruas, que estamos na luta, nos movimentos populares, sociais, sindicais, queremos um outro Brasil, uma Pátria realmente de que possamos nos orgulhar não somente em época do Mundo, mas depois dela também, um País em que tenhamos a alegria de dizer que os brasileiros são ouvidos, são levados em consideração. Por isso faço este convite a você para que venha conosco, ajude a fazer o plebiscito. Não será fácil fazê-lo, pois muitos vão tentar impedi-lo, mas vamos fazer, vamos consultar o povo. Vamos, mais uma vez, passar este país a limpo. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 30/6/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando Celise Barreiros Laviola Cabral de Lira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Mariana Paulinelli Espirito Santo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Antônio Lerin

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 3/6/2014, que nomeou Luiz Humberto Alves Borges para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 4 horas;
exonerando Walkiria Cristina Ferreira de Paula do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Márcia Andréa Rosa Capuano Castro para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 4 horas.

Gabinete do Deputado João Leite

exonerando Adriana Gonçalves Moreira e Silva do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
exonerando Albermar dos Santos Brito do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;
exonerando Alyson Teodoro Passos do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
exonerando Caroline Drummond Duarte do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
exonerando Érico Avelino de Oliveira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;
exonerando João Batista Viana Santos do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;
exonerando José Rodrigues Machado Filho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;
exonerando Júlia Márcia Prates Mazoni Andrade do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
exonerando Paulo Sérgio Oliveira da Cruz do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
exonerando Ricardo Coutinho de Siqueira do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;
exonerando Ricardo Luiz Santos Zepf do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
exonerando Richard Gosling do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 4 horas;
exonerando Wanisse de Aguiar Bahiense Domingos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Adriana Gonçalves Moreira e Silva para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;
nomeando Albermar dos Santos Brito para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
nomeando Érico Avelino de Oliveira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;
nomeando José Rodrigues Machado Filho para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
nomeando Júlia Márcia Prates Mazoni Andrade para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Maria Herbênia de Araujo Alves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;
nomeando Paulo Sergio de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Paulo Sérgio Oliveira da Cruz para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
nomeando Ricardo Coutinho de Siqueira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;
nomeando Richard Gosling para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;
nomeando Wanisse de Aguiar Bahiense Domingos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

Gabinete da Deputada Liza Prado

exonerando Alessandro Paulo Nascimento do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Ritiely Teixeira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;
nomeando Alessandro Paulo Nascimento para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas.

Gabinete do Deputado Pompílio Canavez

exonerando Geraldo Ferreira Vaz do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Patricia Batista Ferreira Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz

exonerando Ronaldo Resende Ribeiro do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
nomeando Jeanete Filomena Fernandes para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Gabinete do Deputado Ulysses Gomes

exonerando Francisco Manuel Viotti Moreira Júnior do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;
exonerando Marcela Ferreira Pinto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
exonerando Mariana Jorge de Sousa Cosmo Pinho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
exonerando Renato Toshimitsu Ogino do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando Yara Martins Simões do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Mariana Jorge de Sousa Cosmo Pinho para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
nomeando Renato Toshimitsu Ogino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;
nomeando Yara Martins Simões para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Nos termos das Resoluções n^{os} 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa n^{os} 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Nivaldo José de Andrade do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Paulo Sergio de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR;

nomeando Alyson Teodoro Passos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR;

nomeando Aline Aparecida Gonçalves para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução n^o 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis n^{os} 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução n^o 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Carlos Magno Ribeiro Costa do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura;

nomeando Lara Duarte Ribeiro para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Sem Censura.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução n^o 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3^o da Emenda Constitucional n^o 47, de 5/7/2005, c/c o art. 133, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos termos das Leis n^{os} 8.443, de 6/10/1983, 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, das Leis Complementares n^{os} 64, de 25/3/2002, e 100, de 5/11/2007, das Deliberações da Mesa n^{os} 2.420, de 3/6/2008, e 2.596 de 9/6/2014, e das Resoluções n^{os} 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 11/6/2014, o servidor Luiz Felipe de Faria Vieira, inscrito no CPF sob o n^o 280.355.856-49, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-48, classe Especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

PROCESSO N^o 1011014 048/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: assinaturas do jornal *Minas Gerais*

Em 27/6/2014, o diretor-geral ratificou, nos termos do art. 26, *caput*, da Lei Federal n^o 8.666, de 1993, o Processo n^o 1011014 048/2014, com licitação declarada dispensável, nos termos do art. 24, VIII, do mesmo diploma legal, bem como autorizou a despesa em favor da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

TERMO DE CONTRATO N^o 30/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Belo Horizonte - Transfácil. Objeto: cessão do uso dos cartões BHBUS de vales-transporte e prestação de serviços relativos ao atendimento dos pedidos de vales-transporte eletrônicos. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, II, da Lei Federal n^o 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.



TERMO DE ADITAMENTO N° 66/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lavanderia Lavsec Rápido Ltda. - ME. Objeto: prestação de serviços de lavanderia destinados à lavagem, à passagem e à esterilização de roupas, tapetes e fitas pertencentes à contratante. Objeto do aditamento: 4ª prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 21/8/2014 a 20/8/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.